

**OAB XIV EXAME
PROVA BRANCA**

Comentário às questões de Direito Empresarial

A prova foi bem elaborada e não ofereceu maiores dificuldades.

QUESTÃO 48

Paulo, casado no regime de comunhão parcial com Jacobina, é empresário enquadrado como microempreendedor individual (MEI). O varão pretende gravar com hipoteca o imóvel onde está situado seu estabelecimento, que serve exclusivamente aos fins da empresa. De acordo com o Código Civil, assinale a opção correta.

- A) Paulo pode, sem necessidade de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, gravar com hipoteca os imóveis que integram o seu estabelecimento.**
- B) Paulo não pode, sem a outorga conjugal, gravar com hipoteca os imóveis que integram o seu estabelecimento, salvo no regime de separação de bens.
- C) Paulo, qualquer que seja o regime de bens, depende de outorga conjugal para gravar com hipoteca os imóveis que integram o seu estabelecimento.
- D) Paulo pode, sem necessidade de outorga conjugal, gravar com hipoteca os imóveis que integram o seu estabelecimento, salvo no regime da comunhão universal.

Comentários:

Questão fácil e está de acordo com o Código Civil:

Art. 978. O empresário casado pode, sem necessidade de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.

QUESTÃO 49

Assinale a alternativa correta em relação aos conceitos de empresa e empresário no Direito Empresarial.

- A) Empresa é a sociedade com ou sem personalidade jurídica; empresário é o sócio da empresa, pessoa natural ou jurídica com responsabilidade limitada ao valor das quotas integralizadas.
- B) Empresa é qualquer atividade econômica destinada à produção de bens; empresário é a pessoa natural que exerce profissionalmente a empresa e tenha receita bruta anual de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais).
- C) Empresa é a atividade econômica organizada para a produção e/ou a circulação de bens e de serviços; empresário é o titular da empresa, quem a exerce em caráter profissional.**
- D) Empresa é a repetição profissional dos atos de comércio ou mercancia; empresário é a pessoa natural ou jurídica que pratica de modo habitual tais atos de comércio.

Comentários:

Questão fácil e está de acordo com a interpretação do Código Civil:

Art. 966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

Doutrinariamente, podemos definir **empresa** como atividade econômica organizada, para a produção ou circulação de bens ou serviços, exercida profissionalmente pelo empresário, que pode ser pessoa física (empresário individual) ou jurídica (EIRELI ou sociedade empresária).

A alternativa **A** está incorreta porque empresa é atividade e, não, sociedade; sócio da pessoa jurídica não é empresário, é investidor ou empreendedor.

A alternativa **B** está igualmente incorreta porque empresa engloba, também, o comércio e a prestação de serviços, não sendo apenas atividade destinada à

produção de bens (indústria); empresário também pode ser pessoa jurídica; e não existe limitação de faturamento anual.

A alternativa **D** está incorreta porque contempla a teoria dos atos de comércio, que foi superada pela teoria de empresa, com a entrada em vigor do Código Civil de 2002.

QUESTÃO 50

José adquiriu dois refrigeradores a prazo numa das filiais de Comércio de Eletrodomésticos Ltda., tendo efetuado pagamento de entrada no valor de 50% do preço. Foi decretada a falência da vendedora e esta não entregou a mercadoria. Interpelado o administrador judicial, este resolveu não executar o contrato. De acordo com as informações do enunciado e as disposições da Lei nº 11.101/2005 (Lei de Falências e Recuperação de Empresas), assinale a afirmativa correta.

- A) O comprador poderá pedir ao juiz da falência a reserva do valor de seu crédito.
- B) O comprador poderá pedir a restituição em dinheiro do valor pago a título de entrada.
- C) O comprador poderá ajuizar ação em face da massa para o cumprimento compulsório do contrato.
- D) O comprador terá seu crédito relativo ao valor pago habilitado como quirografário na falência.**

Comentários:

Questão de dificuldade média e está de acordo com a Lei de Falências:

Art. 119. Nas relações contratuais a seguir mencionadas prevalecerão as seguintes regras:

III – não tendo o devedor entregue coisa móvel ou prestado serviço que vendera ou contratara a prestações, e resolvendo o administrador judicial não executar o contrato, o crédito relativo ao valor pago será habilitado na classe própria;

Como o crédito não se enquadra em qualquer das hipóteses de garantia ou privilégio dos incisos do artigo 83, deve ser enquadrado como quirografário:

Art. 83. A classificação dos créditos na falência obedece à seguinte ordem:

VI – créditos quirografários, a saber:

a) aqueles não previstos nos demais incisos deste artigo;

QUESTÃO 51

Perseu, em 2012, ingressa numa sociedade simples, constituída em 2008, formada por cinco pessoas naturais e com sede na cidade de Primeira Cruz. De acordo com as disposições do Código Civil sobre a sociedade simples, assinale a afirmativa correta.

- A) Perseu é responsável por todas as dívidas sociais anteriores à admissão.
- B) Perseu responde apenas pelas dívidas sociais posteriores à admissão.
- C) Perseu responde apenas pelas dívidas sociais contraídas no ano anterior à admissão.
- D) Perseu não responde pelas dívidas sociais anteriores e posteriores à admissão.

Comentários:

Questão fácil está regulada no Código Civil:

Art. 1.025. O sócio, admitido em sociedade já constituída, não se exime das dívidas sociais anteriores à admissão.

QUESTÃO 52

Lauro emitiu uma nota promissória com vencimento a dia certo em favor da sociedade empresária W Corretora de Imóveis Ltda. Embora o título esteja assinado pelo emitente, nele não constam a data e o lugar de emissão. Há

cláusula de juros remuneratórios, com fixação de taxa anual de 12%. Antes do vencimento, o título recebeu aval em branco prestado por Pedro, irmão de Lauro.

Sendo certo que os dados omitidos na nota promissória não foram preenchidos pela sociedade empresária antes da cobrança judicial, assinale a afirmativa correta.

- A) Por se tratar de nota promissória com vencimento a dia certo, é válida a cláusula de juros remuneratórios.
- B) O avalista em branco poderá alegar vício de forma como exceção ao pagamento perante a sociedade empresária.**
- C) A ausência do lugar de emissão na nota promissória acarreta sua nulidade, em razão da autonomia das obrigações cambiais.
- D) Todos os dados omitidos na nota promissória deveriam ter sido preenchidos pela sociedade empresária até o dia do vencimento. Portanto, a ação de cobrança deverá observar o procedimento da ação monitória.

Comentários:

Questão de dificuldade mediana.

A alternativa **A** está incorreta porque a cláusula de juros só está prevista para os vencimentos **à vista** e a **um certo termo de vista** de acordo com a LU - Lei Uniforme de Genebra (Decreto nº 57.663/1966):

Artigo 5º

Numa letra pagável à vista ou a um certo termo de vista, pode o sacador estipular que a sua importância vencerá juros. Em qualquer outra espécie de letra a estipulação de juros será considerada como não escrita.

Artigo 77

São igualmente aplicáveis às notas promissórias as disposições relativas às letras [...], a estipulação de juros (art. 5º), [...]

A alternativa **B** está correta porque a data de emissão é requisito essencial à promissória e sua ausência implica em vício formal, nos termos da LU:

Artigo 75

A nota promissória contém:

6 - a indicação da data em que e do lugar onde a nota promissória é passada;

Artigo 76

O título em que faltar algum dos requisitos indicados no artigo anterior não produzirá efeito como nota promissória, salvo nos casos determinados das alíneas seguintes.

A nota promissória em que se não indique a época do pagamento será considerada à vista.

Na falta de indicação especial, o lugar onde o título foi passado considera-se como sendo o lugar do pagamento e, ao mesmo tempo, o lugar do domicílio do subscritor da nota promissória.

A nota promissória que não contenha indicação do lugar onde foi passada considera-se como tendo-o sido no lugar designado ao lado do nome do subscritor.

A alternativa **C** está incorreta porque o local de emissão é requisito suprável, nos termos da última alínea do artigo 76 (acima).

A alternativa **D** está incorreta porque o local e data de emissão podem ser preenchidos pelo portador, nos termos do artigo 54 do Decreto nº 2.044/1908:

§ 1º - Presume-se ter o portador o mandato para inserir a data e lugar da emissão da nota promissória, que não contiver estes requisitos.

Quanto ao momento em que o título pode ser preenchido, deve-se entender aquele em o portador for exercer seus direitos, conforme entendimento do STF:

Súmula nº 387/STF: A cambial emitida ou aceita com omissões, ou em branco, pode ser completada pelo credor de boa-fé antes da cobrança ou do protesto.